

22 MAI 1985

A emenda Sarney

GAZETA MERCANTIL
por José Antonio Severo
de Brasília

O presidente José Sarney decidiu, ontem, medir forças com a oposição e testar seu comando político agora no começo de junho, quando o Congresso apreciará a chamada emenda Gastone Righi, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte para 1986.

Reunido com seus cinco líderes no Parlamento, o presidente decidiu que terá sua própria emenda e determinou que a mensagem do Executivo convocando a Constituinte tenha trâmite normal, sem pedido de urgência ou qualquer outro andamento que apresse sua votação. A emenda Sarney, a partir dessa decisão, deverá ser votada no segundo semestre.

Momentos depois de tomada a decisão, numa reunião no Palácio do Planalto, a poucos metros dali, no Congresso Nacional, o arqui-rival do presidente, deputado Paulo Maluf (PDS-SP), dizia aos jorna-

listas que votará a favor da emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP) e procurará influir neste sentido, conforme relato do repórter Márcio Chaer.

Essa posição do ex-candidato do PDS à Presidência da República marca o início de mais uma batalha parlamentar. Essa emenda, na verdade um ato convocatório, depende de dois terços do Congresso para ser aprovada.

Os líderes do governo no Parlamento não temem pelo resultado, porque, mesmo juntando à oposição eventuais rebeliões dentro do PMDB, dificilmente se somariam os dois terços de deputados e senadores para aprovar o ato à revelia do Palácio do Planalto. No entanto, o governo corre riscos políticos, porque uma votação expressiva, ou eventualmente até majoritária, a favor da Emenda Gastone Righi poria em colapso o comando político da Aliança Democrática nas duas casas do Congresso.

Ao final da reunião —

22 MAI 1985

compareceram; além do presidente da República, o chefe do Gabinete Civil, ministro José Hugo Castelo Branco, e os cinco líderes do PMDB e da Frente Liberal, senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Humberto Lucena (PMDB-PB) e Carlos Chiarelli (PFL-RS) e deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e José Lourenço (PFL-BA) —, os líderes do PMDB justificaram a posição do presidente e dos partidos. Não podemos esquecer que a Constituinte se sobrepõe a decisões isoladas de partidos e do próprio Legislativo. E uma proposta ampla que deve partir de uma decisão do Executivo", disse à repórter Helena Daltró o deputado Pimenta da Veiga.

Os parlamentares confiam em que não se repetirá, desta vez, o susto da votação da emenda das diretas, quando uma parcela do PMDB se rebelou e votou junto com a oposição a favor de modificações no texto original mandado ao Congresso pelo governo. Para isso, contam costurar um pacto político, um acordo de alto nível "entre os partidos para dar ordenamento e viabilizar as reformas políticas e institucionais", acrescentou Fernando Henrique Cardoso.

O senador paulista corre duplo risco nessa empreitada. Além da liderança do governo, desde ontem ele defende uma candidatura que se tornou praticamente imbatível na convenção municipal do PMDB que vai indicar o candidato do partido à Prefeitura de São Paulo.

Ontem, em Brasília, Fernando Henrique ouviu um apelo do próprio presidente José Sarney para que aceitasse sua indicação. Depois disso, passou a colocar sua

te
candidatura como uma posição do interesse nacional do PMDB: "Ser ou não ser candidato não é uma decisão pessoal, mas do partido", disse. E acrescentou: "O presidente José Sarney acha que nós temos de preparar a vitória em São Paulo", disse, enfatizando que o governo não quer correr nenhum risco de perder a sucessão do governador Franco Montoro. Ao mesmo tempo, em São Paulo, segundo apurou o repórter M. A. Coelho Filho, os chefes do partido e os líderes parlamentares estaduais obtiveram do governador Franco Montoro a abertura de espaço para atuação de outras lideranças na campanha municipal, como a do vice-governador Orestes Quêrcia, candidato ao governo do estado.

ANC 88

Pasta 03-05/85

116/1985